

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

MEC

Ministro — CLOVIS SALGADO

Chefe do Gabinete — Celso Brant

Subchefe do Gabinete — José Pedro Ferreira da Costa

| | | |
|--------|----------------------|--------|
| ANO II | Julho e Agosto, 1958 | N.º 12 |
|--------|----------------------|--------|

- o Nacional do Serviço Social — Abelardo Marinho
- de Comunicações — Affonso de Sá Carneiro Chaves
- de Estatística da Educação e Cultura — Alberto Martins
- do Material — Alberto Alves Ribeiro
- de Educação Física — Alfredo Colombo
- ria Jurídica — Álvaro Campos
- Ruy Barbosa — Américo Jacobina Lacombe
- Nacional de Educação dos Surdos — Ana Rimoli de Faria Dória
- Nacional de Estudos Pedagógicos — Anísio Teixeira
- de Radiodifusão Educativa — Celso Brant
- ca Nacional — Celso Ferreira da Cunha
- o Nacional de Educação — Cesário de Andrade
- Pedro II (Externato) — Clóvis Monteiro
- ha Nacional de Educação Rural — Colombo Etienne Arréguy
- Nacional do Teatro — Edmundo Moniz
- ca do D.A. — Emy Pamplona
- Imperial — Francisco Marques dos Santos
- a do Ensino Industrial — Francisco Montojos
- o Nacional de Desportos — Geraldo Starling Soares
- a do Ensino Secundário — Gildásio Amado
- Histórico Nacional — Gustavo Barroso
- stração da Sede — Gastão Soares de Moura
- atório Nacional de Canto Orfeônico — Heitor Villa-Lobos
- mento Nacional de Educação — Heli Menegale
- Nacional de Música — Joanídia Sodré
- Nacional — José Cândido de Carvalho
- o Nacional do Livro — José Renato Santos Pereira
- de Educação Extra-Escolar — José Salvador Julianelli
- de Documentação — José Simeão Leal
- de Orçamento — Julio Sambaqui
- ia do Ensino Superior — Jurandir Lodi
- de Transportes — João Neiva Neto
- ia do Ensino Comercial — Lafayette Belfort Garcia
- do Pessoal — Lahir Short de Azevedo
- atório Nacional — Lélío Gama
- o Joaquim Nabuco — Mauro Mota
- amento de Administração — Orlando Gomes Calaza
- Nacional de Belas Artes — Osvaldo Teixeira
- idade do Brasil — Pedro Calmon
- o Nacional de Cinema Educativo — Pedro Gouveia Filho
- ônio Histórico e Artístico Nacional — Rodrigo M. F. de Andrade
- o de Obras — Ruy Moreira Reis
- o Pedro II (Internato) — Vandick Londres da Nóbrega

SUMÁRIO

CIBEC PERIODICO
 N.º P0012639
 ORIGEM _____
 DATA _____

| | |
|--|---------|
| II Ano de MEC | Pags. 2 |
| Planejamento Integral da Educação e a Lei de Diretrizes e Bases — Clovis Salgado | 4 |
| Machado de Assis e a Rua — R. Magalhães Jr. | 7 |
| Os que morreram duas vezes — J. Galante de Sousa | 12 |
| Congresso de Dialectologia — Cândido Jucá Filho | 15 |
| João do Rio — Eneida | 17 |
| O Ensino Técnico — Francisco Montojos | 21 |
| Orientação Educacional — Gildásio Amado | 28 |
| A Igreja e o Ensino — Dom João Cavati, C.M. | 31 |
| Educação de Adultos — Prof. Lourenço Filho | 35 |
| Conheça o Ministério: A Assistência Social | 36 |
| Notas e Informações | 41 |
| Realizações do Governo no Colégio Pedro II — Internato | 53 |
| Dos Jornais | 57 |
| Projetos sobre Educação e Cultura apresentados ao Congresso Nacional | 61 |
| Registro Bibliográfico | 63 |
| Cursos e Concursos | 67 |

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

SETOR DE DIVULGAÇÃO

Chefe: DELSO RENAULT

as tôdas as obras até o fim de 1959. Seria indispensável a inclusão no orçamento de verba num total de Cr\$ 85.000.000,00.

Em discurso proferido naquela oportunidade, o Presidente Juscelin Kubitschek prometeu atender à solicitação do Diretor, tendo sido tomadas as seguintes providências pelo Poder Executivo: em Mensagem nº 13 de março próximo passado, enviada ao Congresso Nacional, o Governo solicitou abertura de crédito especial de Cr\$ 15.000.000,00 para atender às despesas com as novas instalações do Internato e, na Mensagem nº 14 de março próximo passado, foi incluída, na rubrica competente, a verba de Cr\$ 70.000.000,00 com a mesma finalidade.

A Mensagem nº 14, transformada no Projeto nº 3.854-A de 1958, recebeu a aprovação unânime de tôdas as Comissões Técnicas da Câmara dos Deputados, devendo ser convertida em Lei dentro de pouco tempo.

Assim, está comprovado que o Governo cumpriu rigorosamente o que prometeu ao Presidente da República no dia 2 de dezembro do ano passado, dessa forma, assegurada a conclusão de tôdas as obras do Internato até o fim do próximo ano.

Dos Jornais



Objetivando dotar a futura Capital de uma rede escolar primária e de ensino médio, capaz de assegurar ensino gratuito a todos os seus habitantes, realizou o Ministério da Educação e Cultura um convênio com a NOVACAP, pelo qual são fornecidos os meios para execução dos projetos, assegurando a construção de conjuntos escolares dentro da mais moderna técnica, até hoje não utilizada no Brasil. O convênio faz parte do Plano Escolar de Brasília, e foi assinado pelo Ministro Clovis Salgado, titular do posto, e o Sr. Israel Dias, presidente da Cia. Urbanizadora da Nova Capital.

Estabelece o convênio um critério básico de distribuição de estabelecimentos escolares por grupos de habitantes. Para cada grupo de quinze mil haverá quatro jardins-de-infância, com capacidade para 150 crianças; quatro escolas-classe, para 480 alunos, em dois turnos; uma escola-parque, para 1.920 alunos, em dois turnos. Para cada grupo de 54.000 habitantes será construída uma escola média, com capacidade para 2.250 alunos, em dois turnos. Todos os projetos, feitos pelo arquiteto OSCAR NIEMEYER, foram aprovados pelo Conselho de Administração da NOVACAP.

Pelo convênio ontem assinado, foi concedida a verba parcial de cinquenta milhões de cruzeiros, com que será iniciada a execução do projeto. O Ministério terá, junto à NOVACAP, além de um educador que acompanhará as obras, o próprio Inspetor Federal designado para Brasília, e também um arquiteto, que dará sua contribuição técnica à construção.

("O Globo", 7-8-58).

Instrução de adultos

A Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos está experimentando um impulso apreciável em virtude de providências que vêm sendo postas em prática pelo Ministro Clovis Salgado. Todos os meios ao alcance do Ministério da Educação e Cultura serão utilizados daqui por diante, a fim de ser aumentado o alcance desse esforço nacional de recuperação das nossas populações. Recuperação é o termo justo, sem dúvida. Ainda hoje, mais de 60% dos brasileiros não sabem ler nem escrever, o que quer dizer que social e economicamente pouco representam. É preciso, portanto, incorporar esse grande contingente humano à vida do país, torná-lo mais útil e atuante, o que só será possível através da alfabetização.

A primeira medida no sentido de possibilitar a instrução elementar a todos os brasileiros foi a relativa ao aumento do número de cursos. Em março deste ano, começaram a funcionar mais doze mil novos, que já estão acolhendo milhares de adultos e adolescentes em todos os pontos do território nacional.

Por outro lado, cogita-se também de instituir cursos de alfabetização pelo rádio, a exemplo do que ocorre na França, onde nos meios rurais está sendo incentivada a criação de clubes de radiou-

vintes para acompanhar os cursos radiofônicos de instrução primária. A televisão, igualmente, vem sendo posta a serviço da educação popular na França, com grande êxito. Esses meios de divulgação, notadamente o rádio, que no Brasil adquiriu grande penetração, mesmo nas camadas mais obscuras, que aliás somente através dele podem tomar conhecimento de notícias, poderão ser convenientemente aproveitados pela campanha de educação de adultos.

No Rio, no próximo mês, vai reunir-se um congresso de educadores, especialmente com o objetivo de debater os problemas relacionados com a alfabetização de adultos e adolescentes e fixar uma orientação mais segura com relação à difusão do ensino e o seu melhor rendimento. Seria de grande interesse que os resultados do estágio latino-americano de comunicações audiovisuais, há pouco encerrado na Fazenda do Rosário, fossem levados à apreciação daquele congresso. São subsídios valiosos que certamente poderão ter imediata aplicação nos cursos de educação de adultos que o Ministério da Educação e Cultura pretende instituir pelo rádio.

("O Estado de Minas", 19-7-58).

Em reunião do Conselho Nacional de Educação, ontem realizada, foi estudado o relatório do Dr. Florêncio Cunha acerca do pedido de funcionamento da Faculdade de Ciências Médicas do Maranhão. Após o pronunciamento unânime de todos os membros do referido Conselho, foram remetidas ao Ministro da Educação e Cultura as conclusões que opinam favoravelmente pela criação de uma Faculdade Médica em nossa terra.

Velha aspiração da classe estudantil maranhense, a Faculdade de Ciências Médicas virá preencher uma grande lacuna em nosso âmbito universitário, en-

sejando aos moços desprovidos de recursos pecuniários a possibilidade de prosseguir nos estudos superiores.

As tentativas para instalação de uma casa de ensino médico entre nós datam do Império. O decreto que autorizou o funcionamento da tradicional Faculdade de Medicina da Bahia foi extensivo à criação de uma Faculdade congênere em São Luís. O Dr. Tarquínio Lopes Filho batalhou, incessantemente, pela concretização deste ideal, hoje realizado pelo alto descortínio do príncipe de nossa Igreja.

Ouvindo pela nossa reportagem, Dom José de Medeiros Delgado referiu-se à auspiciosa notícia como vitória da juventude maranhense.

Como pastor, guia espiritual, Dom Delgado muito espera da Faculdade que se meceu e hoje vê florir em benefício dos humildes maranhenses do interior, vivendo em precárias condições higiênicas, morrendo sem assistência médica, quando mais fortes são as suas esperanças, quando mais pode esperar o Estado dos seus labores e de suas iniciativas.

("O Imparcial", São Luís, 31-5-58).

O Ministro da Educação, Sr. Clovis Salgado, quando presidia a solenidade da entrega dos prêmios da Associação Brasileira de Críticos Teatrais aos melhores de 1957, comunicou à grande assistência haver sido pelo Presidente da República assinado o decreto que institui a Campanha Nacional do Teatro, notícia recebida com intenso entusiasmo.

Está, assim, concretizado o plano, cuidadosamente traçado pelo Sr. Edmundo Moniz, Diretor do Serviço Nacional de Teatro, que vem dar a este órgão do Governo, extraordinária facilidade de ação, pois o desembaraça das complicações criadas pelo obsoleto Código de Contabilidade e outros aspectos da bu-

rocracia. Isso porque, agora, o Serviço poderá dispor das suas verbas sem a necessidade de registro prévio no Tribunal de Contas, ficando tão só obrigado a prestação de contas do fim de ano.

As atividades teatrais não podem ser regidas pelas comuns exigências da administração pública. Têm de poder dispor de liberdade de movimentos. Não é exequível que para a montagem de uma peça pela Companhia Nacional de Teatro, média, setor do Serviço, se tenha que proceder à concorrência pública para confecção de cenários, pois, realizada a concorrência, será preferida a proposta mais baixa, com possível prejuízo à parte artística, tanto mais porque um mediocre qualquer aceitará pagar mais do que não será a pedida por artista de alto valor.

Como esse, numerosos outros fatos demonstram a necessidade de se prestarem exigindo maleabilidade, preste e segurança de ação, meio único de possibilitar ao Serviço Nacional de Teatro a realização das suas várias missões favor do progresso da arte cênica brasileira.

Mais uma vez o Sr. Edmundo Moniz agiu como benemérito do nosso teatro, e por o apoiarem, também nessa ocasião estão, com aplausos de todos, o Presidente Juscelino Kubitschek e o Ministro Clovis Salgado. É uma grande demonstração da assinatura do decreto. Mar o início de grandes empreendimentos por parte do Serviço Nacional de Teatro, agora fáceis realidades. Para completar cabe ao Governo dar a esse órgão todos os recursos financeiros que lhe são necessários.

("A Tribuna do Povo", Rio, 1-7-58).

Quatrocentos e vinte e dois alunos terminaram ontem o curso de alemão de música, dado pelo Prof. Georg Lappe sob os auspícios da Divisão de Educ